

Estudo sobre percepções relativas à Protecção Social em Moçambique



Estrutura da apresentação

- > Breve contextualização do estudo
- > Principais conclusões
- > Principais recomendações

Contextualização do estudo

- > Estudo sobre percepções da sociedade Moçambicana acerca da Protecção Social em Moçambique
 - > Estudo qualitativo, com trabalho de campo:
 - > Cidade de Cuamba
 - > Cidade de Tete
 - > Cidade de Maputo e Vila de Marracuene
- (Dezembro 2013 – Janeiro 2014)



Contextualização do estudo (continuação)

- > Revisão bibliográfica
- > Entrevista com informantes-chave:
 - > Implementadores: INAS a nível central e delegações de Cuamba e Tete, organizações da sociedade civil, Secretários de Bairro e Permanentes;
 - > Decisores políticos: MMAS, Assembleia da Republica;
 - > Fazedores de opinião: jornalistas, académicos, organizações da sociedade civil.
- > Discussão de grupo focal com beneficiários e potenciais beneficiários do Programa de Subsídio Social Básico.

Contextualização do estudo (continuação)

- > Discussão de grupo focal com beneficiários e potenciais beneficiários do Programa de Subsídio Social Básico.



Conclusões

- > No geral, é reconhecido o papel da Protecção Social na promoção do bem-estar e da dignidade de vida da população, em particular os segmentos mais carenciados.



Conclusões (continuação)

- > No geral, há consciência de que o sector esforça-se por implementar mudanças positivas:
 - > maior abertura para a sociedade civil e a monitoria independente;
 - > melhor coordenação das actividades;
 - > progressiva responsabilização pela prestação de serviços;
 - > responsabilização do beneficiário pelo bom uso do apoio prestado.

Recomendações

- > Debate das principais questões da Protecção Social, a nível central e a nível local, para obter consenso:
 - > o que dar
 - > a quem dar
 - > como dar
- > Debate: ênfase nos implementadores a nível local (Permanentes, parceiros de delegações locais do INAS, delegações e técnicos do INAS), para quem a ENSSB deve fazer sentido a ser praticada.

Recomendações (continuação)

> Posições comuns para o debate:

- > Promover a noção da Protecção Social como um direito e não uma ajuda, tanto no beneficiário como nas estruturas locais (Secretario de Bairro) e implementadores a nível local (técnico do INAS e Permanente);
- > Reduzir a subjectividade na selecção dos beneficiários;
- > Direcção a transferência social para a necessidade e capacidade do AF;
- > Rever, em alta, a transferência social (Subsidio Social Básico e Apoio Social Directo);

Recomendações (continuação)

> Posições comuns para o debate:

- > Reforçar a monitoria do pagamento e uso de transferência;
- > Para reforçar a credibilidade, apropriação e impacto da Protecção social:
 - > Investir na terciarização dos serviços;
 - > Investir na capacitação e reforço dos implementadores a nível local (Permanentes e técnicos do INAS) – implementação e monitoria.

Recomendações (continuação)

> Posições comuns para o debate:

- > Repensar o papel, poder e capacidade do Permanente para implementar a Protecção Social:
 - > Maximizar o seu potencial e proteger a credibilidade do sistema;
 - > ser um elo positivo de ligação (e não de desconfiança) entre a comunidade e o INAS;
 - > ser credível aos olhos da comunidade;
 - > ter condições de trabalho (técnicas – formação e acompanhamento por parte do INAS; matérias – transporte, remuneração)

- > Revisão do actual ENSSB: oportunidade impar para este debate a escala nacional.

Obrigada!